



ACTA N.º 1/2009

DA 1ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE FEVEREIRO DE 2009
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,
REALIZADA A 23 DE FEVEREIRO DE 2009

-----No dia 23 de Fevereiro de 2009, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Lagos, reuniram-se em Sessão Ordinária de Fevereiro, convocada ao abrigo do n.º 1 do Art. 49.º da Lei n.º 169/99, de 18/9, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11/1, das alíneas a), q), u) e v) do n.º 2 do Art. 19.º, do n.º 1 e n.º 7 do Art. 23.º, do n.º 3 do Art. 26.º e n.º 2 do Art. 29.º, todos do respectivo Regimento da Assembleia Municipal, os Deputados da Assembleia Municipal de Lagos, com a seguinte **ORDEM DO DIA**:

- PONTO 1 - *Apreciação e votação da proposta de Plano de Pormenor da Zona Envolvente à Estação Ferroviária de Lagos;*
- PONTO 2 - *Apreciação e votação da proposta para contratação de Empréstimo a Longo Prazo – até ao montante de 5 370 000,00 Euros – Aquisição de Fogos de Habitação Social em Espiche e Odiáxere;*
- PONTO 3 - *Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade do município;*
- PONTO 4 - *Apreciação e votação da proposta de Adesão do Município de Lagos ao Movimento Internacional “Slowcities”;*
- PONTO 5 - *Apreciação e votação do concurso público para a aquisição de serviços de limpeza para o novo edifício municipal;*
- PONTO 6 - *Apreciação e votação do concurso público para a aquisição de equipamentos e serviços de segurança para o novo edifício municipal;*
- PONTO 7 - *Apreciação e votação do concurso público para fornecimento de refeições e lanches para as escolas E.B.1 e Jardins de Infância.*
- PONTO 8 - *Apreciação e votação da proposta de desafectação do Domínio Público de uma parcela de terreno sita em Ameijeira, Freguesia de Santa Maria;*
- PONTO 9 - *Apreciação e votação da proposta de desafectação do Domínio Público de uma parcela de terreno sita na Rua da Encosta, em Almádena, Freguesia da Luz;*
- PONTO 10 - *Apreciação das Deliberações da Assembleia da Juventude.*

-----**ABERTURA DA REUNIÃO:** Dado o pedido de substituição, para o dia de hoje,



Fl. 1v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

do Sr. Eduardo Andrade (PS), Primeiro Secretário da Mesa, estando presente a Sra. Segunda Secretária da Mesa, Ana Cristina Olivença (PS), assumiu esta as funções de Primeira Secretária, tendo o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), convidado, para exercer as funções de Segundo Secretário da Mesa, durante esta Reunião, um Deputado Municipal do PSD, Sr. João Félix. Verificada a existência de quórum, deu início à presente Reunião, quando eram 20 horas e 45 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO(A) DEPUTADO(A) MUNICIPAL
PS	Ana Cristina da Conceição Pereira Olivença (2ª Secretária)
PS	António da Silva Correia (Presidente da Junta de Freguesia de Barão de S. João)
PS	António Lourenço do Rosário Barroso
PS	Carlos Alberto Martins Ribeiro
PS	João Henrique Pereira
PS	João Luís da Silva Gomes (Presidente da Junta de Freguesia de Bensafrim)
PS	Joaquim Pedro Martins Parreira Cruz (Presidente Junta de Freguesia de S. Sebastião)
PS	Manuel Domingos Borba (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)
PS	Maria Aurora Inácio Leal Alexandre
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria)
PS	Paulo José Dias Morgado (Presidente da Mesa)
PS	Rita Maria Pereira Olivença (Secretaria da Junta de Freguesia de Odiáxere)
PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo
PSD	Fernando Miguel Carreiro de Amaral Soares
PSD	João António do Rio Rosa Bravo
PSD	João Francisco Redondo Félix
PSD	José Joaquim Pacheco dos Reis
PSD	Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
CDU	Maria Brites Quintino da Silva Nunes Dias Alcobia
IND	José Mariano Monteiro de Jesus



-----ENTRARAM JÁ NO DECURSO DA REUNIÃO, no momento indicado nesta Acta, os seguintes Deputados Municipais:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL
PS	Carlos Manuel Batista Serrão
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira
PSD	Eurico José dos Reis Correia
PSD	Fernando Ramos Bernardo
IND	Eduardo Morales Almeida Santana

-----SUBSTITUIÇÃO DE DEPUTADAS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
PS	Eduardo Manuel de Sousa Andrade (1º Secretário da Mesa)	1 dia	Carlos Manuel Baptista Serrão
PS	Carlos Alberto Esteves Pires	1 dia	António Lourenço do Rosário Barroso
PSD	Rosa Maria Marreiros Rosado	1 dia	João Francisco Redondo Félix

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL	SITUAÇÃO
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)	Solicitou substituição para o dia 23/02/2009, ao abrigo da alínea c) do nº 1 do artigo 38º da Lei nº 169/99, de 18/09, alterada pela Lei nº 5-A/02, de 11/01.
PS	Rita Maria Pereira Olivença (Secretária da Junta de Freguesia de Odiáxere)	Substituto legal, designado pelo Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Odiáxere.

-----MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA REUNIÃO:

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Júlio José Monteiro Barroso - Presidente
PS	Maria Joaquina Batista Quintans Matos - Vice-Presidente
PS	António Marreiros Gonçalves - Vereador



Fl. 2v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

PS	Jorge Bugalho Serpa - Vereador
PSD	Saúl da Silva Baptista - Vereador

-----**MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE FALTARAM À REUNIÃO:**

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PSD	Nuno Pedro dos Santos Borges Marques - Vereador
PSD	Brites Andreia Lourenço Duarte Ramos - Vereadora

-----**ACTAS DE REUNIÕES ANTERIORES:** Dispensada a sua leitura, uma vez que as mesmas tinham sido oportunamente enviadas aos grupos municipais e a todos os Deputados da Assembleia Municipal, foram pelo Plenário apreciadas as seguintes actas:

-----Acta 16/2007 – da Sessão Extraordinária de Outubro de 2007 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 22 de Outubro de 2007.-----

-----**DELIBERAÇÃO Nº 1/AM/2009:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Acta 16/2007 – da Sessão Extraordinária de Outubro de 2007 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 22 de Outubro de 2007.-----

-----Acta 17/2007 – da Sessão Extraordinária de Novembro de 2007 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 26 de Novembro de 2007.-----

-----A Acta nº 17/2007 obteve o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
VOTOS A FAVOR	14	4	2	1	21
ABSTENÇÕES	0	1	0	0	1
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0

-----**DELIBERAÇÃO Nº 2/AM/2009:**

---**Aprovada**, por maioria, a Acta 17/2007 – da Sessão Extraordinária de Novembro de 2007 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 26 de Novembro de 2007.---

-----**ENTRADA DE DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Após esta votação, entrou na sala o seguinte Deputado da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO	HORA
PSD	Fernando Ramos Bernardo	20.48

-----Acta 18/2007 – da 1ª Reunião da Sessão Ordinária de Dezembro de 2007 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 3 de Dezembro de 2007.-----

-----**DELIBERAÇÃO Nº 3/AM/2009:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Acta 18/2007 – da 1ª Reunião da Sessão Ordinária de Dezembro de 2007 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 3 de Dezembro de 2007.-----

-----**ENTRADA DE DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Após esta votação, entrou na sala o seguinte Deputado da Assembleia Municipal:



GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO	HORA
PS	Carlos Manuel Baptista Serrão	20.49

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**

-----**LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:** Foi lida a correspondência recebida, registada sob os números 468/07 a 78/08, inclusive.-----

-----Seguiu-se a leitura da correspondência expedida, compreendida entre os números 373/07 a 29/08, inclusive.-----

-----**ENTRADA DE DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta leitura, entrou na sala o seguinte Deputado da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO	HORA
PSD	Eurico José dos Reis Correia	20.52

-----**INTERVENÇÕES DOS DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) leu a seguinte Proposta apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “Aprovou esta Assembleia, por unanimidade, em Sessão Ordinária em 26.06.2006 uma moção que tornou Lagos o 1º Município da EU Livre de Cultivo de Milho Geneticamente Modificado. Desta moção faziam parte um conjunto de medidas das quais não se conhece a sua aplicação: «Iniciar os contactos para integrar na rede Europeia de Regiões Livres de Transgénicos (de que já fazem parte a Aquitânia, o País de Gales, o País Basco, a Áustria Superior, a Toscana, Salzburgo e, mais recentemente, as Astúrias, entre outras)»; «Solicitar à Câmara Municipal de Lagos que promova a disponibilização de informação equilibrada sobre plantas transgénicas e as suas implicações, tanto para os consumidores como para os agricultores». Considerando a importância destas medidas para a divulgação e conhecimento público do papel dos organismos geneticamente modificados na cadeia alimentar. Os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos reunida em 23 de Fevereiro de 2009 delibere incumbir a Comissão Permanente da Assembleia Municipal em colaboração com a Câmara Municipal de desenvolver as acções necessárias para dar cumprimento às medidas acima referidas.”-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) fez a respectiva apresentação do documento.--

-----Posto isto foi colocada à votação a Proposta apresentada pelo Grupo da CDU tendo a mesma obtido o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	7	2	0	24
ABSTENÇÕES	0	0	0	1	1
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0

-----**DELIBERAÇÃO Nº 4/AM/2009:**

-----**Aprovada**, por maioria, a Proposta apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) leu a seguinte Proposta de



Fl. 3v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “Sabendo que a Astronomia é uma das ciências mais antigas, que contribuiu e continua a contribuir de modo fundamental para a evolução de outras ciências e aplicações em muitas outras. Reconhecendo que as observações astronómicas têm profundas implicações na ciência, filosofia, cultura e concepção do universo. Notando que, embora exista um interesse generalizado pela Astronomia, é difícil para o público em geral ter acesso ao conhecimento na área. Conscientes de que todas as culturas têm desenvolvido lendas, mitos e tradições a respeito do céu, planetas e estrelas que constituem uma herança cultural. Considerando que dando seguimento à resolução 33 C/25 adoptada pela UNESCO a ONU declarou 2009 como o Ano Internacional da Astronomia. Considerando que o Ano Internacional, entre outros aspectos, pode ter um papel crucial no despertar da consciência pública sobre a importância da astronomia para um desenvolvimento sustentável, através do interesse suscitado pelo assuntos da astronomia, apoiando a educação em escolas e centros de ciência, estimulando o envolvimento dos jovens nos campos da ciência e tecnologia. Considerando que Lagos dos Descobrimentos, no passado tão ligada a este ramo do conhecimento, não pode ficar alheia à comemoração do Ano Internacional da Astronomia. Os eleitos na CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos reunida em 23 de Fevereiro de 2009 delibere recomendar à Câmara Municipal de Lagos: Que em colaboração com a Comissão Nacional do AIA 2009, as escolas do concelho e Centro de Ciência Viva desenvolvam um conjunto de iniciativas integradas na comemoração do Ano Internacional da Astronomia.”-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) fez a respectiva apresentação do documento.--

-----**ENTRADA DE DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, entrou na sala o seguinte Deputado da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO	HORA
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira	21.04

-----O Sr. José Joaquim Reis (PSD), complementado a apresentação do Sr. José Manuel Freire enunciou os objectivos gerais do AIA2009: - Promover a cultura científica; - Promover acesso a novo conhecimento; - Desenvolver as comunidades astronómicas em países em vias de desenvolvimento; - Apoiar e desenvolver a educação formal e não formal das ciências; - Transmitir uma imagem moderna da ciência; - Apoiar e desenvolver projectos de colaboração; - Aumentar a igualdade de géneros e minorias nas carreiras científicas e tecnológicas.-----

-----Posto isto foi colocada à votação a Proposta de Recomendação apresentada pelo Grupo da CDU tendo a mesma obtido o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
VOTOS A FAVOR	16	7	2	0	25
ABSTENÇÕES	0	0	0	1	1
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0



-----**DELIBERAÇÃO Nº 5/AM/2009:**

-----**Aprovada**, por maioria, a Proposta de Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) leu a seguinte Proposta apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “Desde há muito que as populações do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, têm vindo a ser sistematicamente penalizadas pelas restrições e condicionantes impostas pelos sucessivos governos relativamente ao planeamento e ordenamento dos territórios onde vivem e residem. Mais uma vez as intenções deste governo continuam a ser de forte penalização destas populações que gerações após gerações, têm vivido e convivido em harmonia e sustentabilidade com os recursos naturais da região. No dia 5 de Fevereiro de 2009 foram publicadas as Portarias nº 143/2009 e 144/2009, sobre a Pesca Lúdica no Parque Natural S.A.C.V. e de âmbito nacional, respectivamente, nas quais é vertido um conjunto de proibições e condicionalismos que afastam, proíbem e limitam o acesso das populações desta região ao património cultural, ambiental e económico que ao longo dos tempos tem sido parte integrante da vida, dos hábitos e da cultura destas populações. A pesca e o mariscar foram desde sempre a par com a agricultura as principais actividades da economia local, fonte de sustento das famílias sem pôr em causa o equilíbrio das espécies. A Portaria nº 143/2009 entre outras restrições, no seu artigo 5º alínea a) define que «A apanha só é permitida aos detentores de licença de pesca lúdica que sejam naturais ou residentes nos concelhos de Sines, Odemira, Aljezur e Vila do Bispo». Consideramos que esta norma contraria a Constituição da República Portuguesa que no seu artigo 13º - Princípio da Igualdade – diz claramente: «1. Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a Lei. 2. Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual». Considerando o atrás exposto os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Lagos propõem: Que a Assembleia Municipal de Lagos reunida a 23 de Fevereiro de 2009 delibere: 1. Manifestar repúdio e discordância por mais um novo ataque a direitos, liberdades e garantias que põem em causa os princípios elementares de um regime democrático; 2. Solidarizar-se com as populações atingidas por estas medidas e com as posições assumidas pelos seus autarcas; 3. Exigir a revogação das Portarias nº 143/2009 e nº144/2009 de 5 de Fevereiro sobre a pesca lúdica.”-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) fez a respectiva apresentação do documento.--

-----O Sr. Carlos Ribeiro (PS) disse que não era verdade que as populações da Vila do Bispo e Aljezur tenham sido penalizadas no passado. Como pescador afirmou concordar com o defeso, acrescentando que sabe o que é a pesca e que as pessoas que nunca praticaram esta actividade é melhor nem falarem neste assunto. Disse que quem não mora nos concelhos de Aljezur, Vila do Bispo e Odemira são mais penalizados do que os habitantes dos concelhos referidos.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que o documento apresentado pela CDU está



Fl. 4v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

desatualizado em relação ao que se tem passado recentemente na região, uma vez que aquilo que o movimento de cidadãos reivindica é a revisão da Portaria 143; por isso não pode estar de acordo com as questões levantadas no documento da CDU. Referindo-se à pesca lúdica e a um estudo efectuado pela Universidade do Algarve, informou que os pescadores lúdicos têm um peso de cerca de zero vírgula oito por cento na pesca de sargos. Referiu que os habitantes dos concelhos de Vila do Bispo, Aljezur e Odemira são prejudicados, porque há proprietários que não conseguem, sequer, semear nada em alguns terrenos do Parque Natural. Acrescentou que os concelhos mencionados são concelhos subdesenvolvidos, subdesenvolvimento esse que deriva de uma acção “quase terrorista” da entidade Parque Natural e que todos os autarcas desses municípios têm vindo a contestar nos últimos anos. Informou que pela razões aduzidas o PSD não podia votar favoravelmente o documento da CDU.

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) informou que a Bancada do PS ia votar contra o documento apresentado pela CDU, porque este não reflecte aquilo que está na Portaria de que, eventualmente, pode discordar nalguns pontos. Disse que não percebia o que tinha a ver o semear a terra com a pesca. Referiu que o que a Lei pretende preservar é a espécie do sargo por isso podem ser pescadas, durante os meses de Janeiro, Fevereiro e Março, outras espécies. Disse que a questão em causa com a apresentação do documento da CDU era política.

-----O Sr. Fernando Bernardo (PSD) disse que, mais uma vez, o Governo tinha legislado sem ter consultado ninguém, violando mesmo a Constituição da República, no seu entendimento, no Artigo 13º - Princípio da Igualdade. Referiu que algumas espécies têm que ser protegidas, mas essa protecção tem que ser feita coerentemente e com igualdade para com todos os cidadãos.

-----**ENTRADA DE DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, entrou na sala o seguinte Deputado da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO	HORA
IND	Eduardo Morales Almeida Santana	21.23

-----A Sra. Maria Brites Nunes (CDU) disse que a Proposta apresentada pela CDU visa solidarizar-se com os autarcas dos três concelhos. Referiu que os Presidentes das Câmaras e das Assembleias Municipais de Vila do Bispo, Aljezur e Odemira fizeram chegar uma missiva ao Governo onde exigem ser recebidos e ouvidos, com a máxima urgência, pelo Ministro do Ambiente, no sentido de debater os transtornos causados pela Portaria 143/2009, junto das populações.

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que as populações dos três concelhos mencionados, são prejudicadas pelas regras que o Parque Natural impõe, sendo essa situação do conhecimento geral, e esta questão da pesca mais uma regra que o Governo quer impor sob parecer do Parque Natural, sem qualquer tipo de base científica. Disse que a pesca profissional não tem defeso e isso é que é prejudicial para a preservação das espécies. Afirmou que concordava com um defeso, mas com um defeso rigoroso e que seja para todos e não só para alguns.



-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) perguntou qual a data da missiva enviada ao Governo, referida pela Sra. Maria Brites Nunes.-----

-----A Sra. Maria Brites Nunes (CDU) informou que a missiva tinha a data de 12 de Fevereiro de 2009, ou seja, depois da Portaria ter saído.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) informou que os autarcas da Costa Vicentina tinham feito uma série de contactos no sentido de ser aumentado o número de espécies e a quantidade a capturar de cada espécie, daí ter perguntado a data da carta para saber se a referida pela CDU era posterior aos contactos por si mencionados. Disse que há questões que não estão na Portaria em causa, como por exemplo a fiscalização, mas a fiscalização tem que estar associada a esta Portaria. Referiu ainda que zero vírgula oito por cento pode parecer um número pequeno, mas representa muitos quilos de sargos. Terminou dizendo que o que estava em causa era a Portaria, com a qual o PS concordava na generalidade.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que o que estava em causa era a Portaria e o Artigo 13º da Constituição, porque por este andar, qualquer dia os habitantes de Alvor é que podem apanhar o berbigão, os de Lagos a condelipa e por ai fora. Referiu que a opinião da CDU é de que a Portaria em causa seja revogada.-----

-----Posto isto foi colocada à votação a Proposta apresentada pelo Grupo da CDU tendo a mesma obtido o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	0	2	2	4
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	15	6	0	0	21

-----**DELIBERAÇÃO Nº 6/AM/2009:**

-----**Reprovada**, por maioria, a Proposta apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----Não participaram nesta votação por se encontrarem ausentes da sala no momento da votação os Srs. Carlos Ribeiro (PS) e João Bravo (PSD).-----

-----Declaração de Voto efectuada pelo Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria): “Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Lagos votaram contra a moção apresentada pela CDU “Revogação das Portarias sobre a Pesca Lúdica no Parque Natural Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina” por entenderem que a mesma desvirtua o sentido e a abrangência da portaria, pois argumenta simplesmente aspectos que visam apenas a utilização política e não o mais importante que é: 1 -Garantir a sustentabilidade da exploração dos recursos faunísticos marinhos, tendo em atenção a importância social da pesca lúdica para os residentes e naturais daquele território. 2 - Estabelecer um quadro legal em que o carácter recreativo, e por consequência subsidiário não seja aproveitado para fins comerciais. Estabelecendo assim à semelhança do que à muito ocorre na actividade cinegética, um conjunto de dias (de quinta a domingo e feriados) e que corresponde a 60% dos dias do ano. 3 - Por se tratar de um Parque



Fl. 5v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Natural é necessário garantir neste aspecto também a conservação da biodiversidade. 4 - O regime de exploração beneficia as populações de Sines, Odemira, Aljezur e Vila do Bispo. 5 - O aumento do limite máximo de captura diário é superior ao que vigora no restante território, relevando assim os aspectos sociais da apanha. 6 - Dar resposta às reivindicações das Associações e Autarcas Locais.”-----

-----Declaração de Voto efectuada pelo Sr. Nuno Serafim (PSD): “Os eleitos do Partido Social Democrata votaram contra a presente Moção por acreditarmos nos fundamentos técnicos do movimento de cidadãos que entretanto surgiu e apoiarmos, totalmente, a revisão da Portaria 143 que cria o regime de excepção para os concelhos do Parque Natural da Costa Vicentina.”-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) leu a seguinte Proposta de Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “Considerando que os óleos alimentares usados constituem um grave problema ambiental na medida em que, na sua grande maioria, são eliminados através dos esgotos urbanos ou são depositados nos aterros sanitários contaminando, os solos e as águas, tanto de aquíferos como das ribeiras e do mar. Considerando que a instalação de oleões junto de ecopontos e uma adequada campanha de sensibilização junto dos particulares e indústria hoteleira, bem como dos jovens das escolas do Concelho pode obstar aos graves prejuízos ambientais já referidos. Considerando que os óleos assim recolhidos podem ser transformados e utilizados como combustível para os veículos municipais. Os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos recomende à Câmara Municipal de Lagos que, em parceria com as Juntas de Freguesia do Concelho, proceda à colocação de oleões junto dos principais ecopontos e realize a campanha de sensibilização já referida.”-----

-----A Sra. Maria Brites Nunes (CDU) fez a respectiva apresentação do documento.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) solicitou esclarecimentos sobre este assunto à Câmara Municipal.-----

-----O Sr. Vereador da Câmara Municipal, António Marreiros, informou que esta matéria já não é nova, tendo começado com a Almargem a elaborar um projecto conjunto com todas as autarquias do Algarve, não tendo o mesmo avançado. Depois a Algar agarrou o assunto, tendo mesmo apresentado uma candidatura ao QREN, mas independentemente disso a Câmara de Lagos já tinha pedido orçamentos para recipientes destinados à recolha de óleos, ou seja, está para breve a instalação de oleões no Concelho de Lagos.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) agradeceu os esclarecimentos do Sr. Vereador Marreiros e referiu que tinha ficado contente com o facto da Câmara estar a tomar as providências mencionadas. Disse que o documento da CDU vem reforçar o trabalho já em andamento da Câmara Municipal em relação a este assunto, pelo que o PSD iria votar a favor da mesma.-----

-----O Sr. Pedro Cruz (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião) informou que a Junta de Freguesia de S. Sebastião tem no seu sítio na internet, há cerca de três anos, um comunicado a aconselhar a população a colocar os óleos



usados dentro de garrações de plástico, porque a Algar depois faz a selecção deste material.-----

-----O Sr. José Joaquim Reis (PSD) complementou este assunto lendo algumas partes de um folheto da Agência Portuguesa do Ambiente sobre o assunto: “- Uma família de quatro pessoas consome em média um litro de óleo por semana. - Um litro de óleo doméstico deitado no ralo da banca da cozinha chega a contaminar de uma só vez um milhão de litros de água, o suficiente para a sobrevivência de uma pessoa, até aos quarenta anos. - Mil litros de óleos alimentares usados permitem produzir entre novecentos a vinte e novecentos e oitenta a litros de biodiesel, combustível que apresenta índices de emissão de dióxido de carbono que podem ser oitenta por cento mais baixos do que os que são emitidos ao utilizar gasóleo.”-----

-----Posto isto passou-se à votação da Proposta de Recomendação apresentada pela CDU.-----

-----**DELIBERAÇÃO Nº 7/AM/2009:**

-----Aprovada, por unanimidade, a Proposta de Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) leu a seguinte Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “No Orçamento do Estado para 2009, pela primeira vez, foram excluídas as transferências financeiras, para as freguesias, referentes ao pagamento das remunerações dos presidentes de junta que, de acordo com os interesses das populações e nos termos da Lei, optaram por exercer o mandato em regime de permanência (a meio tempo ou em exclusividade). Quando as receitas fiscais aumentaram mais de onze por cento, e quando a Lei das Finanças Locais estabelece uma distribuição justa e equilibrada destas receitas também pelas freguesias, muitas destas sofrerão cortes de dez a vinte por cento, nas transferências da Administração Central. Esta medida, que contraria a Lei das Finanças Locais, é mais uma ofensa ao poder local democrático e um desrespeito para com homens e mulheres democraticamente eleitos. É mais um retrocesso da nossa democracia e das conquistas de Abril. E é, no fim de contas, mais um forte ataque às populações, que assim vêem diminuídos os recursos financeiros das suas Juntas de Freguesia. O OE 2009 estabelece uma verba de 208 milhões de euros (208 128 907,00 €), como montante global do Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF). Defende-se que este valor visa assegurar um crescimento médio das transferências para as freguesias, relativamente ao ano anterior, igual ao crescimento médio das transferências para os municípios», e o Governo afirmou mesmo que este crescimento seria de cinco por cento. Na verdade, tal crescimento não se verifica. O OE 2008, para além da verba correspondente ao FFF (198 milhões de euros), contemplava autonomamente mais cinco milhões de euros, para assegurar o pagamento das remunerações dos eleitos das Juntas de Freguesia, perfazendo um total de 203 milhões de euros (203 218 007,00 €). Para 2009, o valor do FFF passa a 208 milhões, mas a Administração Central desobriga-se da transferência autónoma, relativa às remunerações do regime de permanência. Assim, o crescimento será apenas de 2,5 por cento, face a 2008. Mais: na distribuição do FFF pelas freguesias, verifica-se que as 330 com direito à transferência das remunerações, no geral, vão receber menos do que em 2008. Esta



Fl. 6v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

modificação contraria o artigo 10º do regime do exercício do mandato dos eleitos das juntas de freguesia (Lei nº 11/96, de 18 de Abril), que determina que as verbas para o pagamento dessas remunerações seriam asseguradas directamente pelo Orçamento do Estado. O OE 2009 contraria igualmente a prática verificada em todos os Orçamentos do Estado, desde 1996 até 2008, nos quais foi sempre assegurada uma verba autónoma para as remunerações dos presidentes de Junta em regime de permanência. Por outro lado, a conjugação articulada dos artigos 238.º nº 2, da Constituição, e 30º da Lei das Finanças Locais, obrigaria a um crescimento de onze por cento do valor global do FFF, para garantir a repartição vertical dos recursos públicos pelo Estado e pelas Autarquias. A modificação imposta no OE 2009 foi defendida invocando o nº 6 do artigo 32º. da Lei das Finanças Locais. Mas este, como se salientou num parecer da ANAFRE, estabelece parâmetros que só deverão ser aplicados para colmatar as variações mínimas, após a distribuição do FFF por cada freguesia, e não para definir o montante global do FFF. Se os montantes das remunerações dos eleitos forem incluídos no valor do FFF, o valor do FFF a receber por cada freguesia dependerá do regime em que os eleitos exercem o mandato. Na realidade, tal valor deve depender da aplicação dos critérios definidos no artigo 32º. da Lei das Finanças Locais e a sua definição não pode contrariar o nº2 do artigo 238º da Constituição da República, segundo o qual o regime das finanças locais tem de garantir «a necessária correcção de desigualdades entre autarquias do mesmo grau». Por isso, justamente, o artigo 32º nº 5 da Lei das Finanças Locais (Lei nº 2 / 2007 de 15 de Janeiro) dispõe que a distribuição do FFF, somente, tem de garantir «a transferência de verbas necessárias para o pagamento das despesas relativas à compensação por encargos dos membros do órgão executivo da freguesia (exercício do mandato em regime de não permanência), bem como as senhas de presença dos membros do órgão deliberativo para a realização do número de reuniões obrigatórias, nos termos da lei». No OE 2009, além do mais, acaba por ficar diminuída a parte destinada às freguesias. O peso do FFF no OE 2008 (excluindo a transferência autónoma para remunerações) foi de 0,1628 por cento, ou seja, por cada milhão de euros do Orçamento, foram atribuídas às freguesias 1 628 euros. No OE 2009, o valor do FFF (que deverá ainda custear as remunerações) é de 0,1298 por cento, ou seja, são atribuídos menos 330 euros para as freguesias por cada milhão de euros do Orçamento). Ataques deste género dizem respeito a todo o poder local e atingem quem, seja eleito ou apenas eleitor, está sinceramente empenhado na melhoria das condições de vida das populações e na defesa intransigente do regime democrático. Assim os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos reunida em 23 de Fevereiro de 2009 delibere: 1. Manifestar a sua total discordância pelo facto de o OE 2009, prejudicando centenas de freguesias, romper a prática de, por transferência autónoma além do FFF, assegurar as verbas correspondentes ao pagamento das remunerações dos eleitos em regime de permanência; 2. Solicitar a urgente rectificação desta situação; 3. Dar conhecimento desta moção às seguintes entidades: - Presidente da República; - Primeiro-ministro; - Ministro da Finanças; - Grupos Parlamentares da Assembleia da República; - Associação Nacional de Freguesias, e - Órgãos de comunicação



social.”-----
-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção foi a Moção apresentada pelo Grupo da CDU colocada à votação tendo a mesma obtido o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	7	2	1	25
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	0	0	1	1

-----**DELIBERAÇÃO Nº 8/AM/2009:**

-----Aprovada, por maioria, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.--
-----Não participou nesta votação, por se encontrar ausente da sala na altura da realização da mesma, o Sr. Carlos Serrão (PS).-----
-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) leu a seguinte Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PS: “O grupo municipal de Lagos do Partido Socialista congratula-se com as medidas de combate à crise económica que o Governo está a implementar. A história ensina que as crises vencem-se com trabalho e com investimento. Ficou salientado a necessidade do papel regulador do Estado, contra os abusos da ganância desmedida e, também, do seu papel de reanimador da actividade económica por via do investimento público. Este, por sua vez, vai reflectir-se nas empresas fornecedoras, no rendimento das famílias e no emprego. A aposta na educação e na qualificação é essencial para que o país seja competitivo num mundo globalizado. Presentemente, há 693 projectos de centros escolares para o pré-escolar e o primeiro ciclo do ensino básico aprovados pelo Ministério da Educação, que correspondem a um investimento de 1,1 mil milhões de euros. Destes 693, já têm financiamento do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) 435 projectos. O investimento nestes 435 projectos é de 700 milhões de euros (incluindo a comparticipação do QREN). Destes projectos, devem ser concluídos 263, em 2009, e 172, em 2010. A Educação é, para o PS, uma grande paixão. Destaca-se igualmente os êxitos do Programa Pagar a Tempo e Horas e do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado, que até à data, já envolveu 1400 milhões de Euros. De igual modo, é de se louvar as alterações no enquadramento dos sistemas de incentivos ao investimento empresarial da Agenda da Competitividade do QREN, de modo a ajustá-los ao actual contexto económico internacional, de forma a potenciá-los como instrumentos de estímulo ao investimento e à criação de emprego, em particular nos domínios da inovação, internacionalização, investigação e desenvolvimento. Presentemente e além dos investimentos previstos em PIDACC para Lagos, dos quais se destacam a construção da nova esquadra da PSP, o Ministério da Educação, com o apoio da Câmara Municipal, vai também arrancar, muito em breve, uma nova Escola Básica 2,3, para 30 turmas, conhecida como a escola do Tecnopolis, e que será um exemplo de aplicação das novas tecnologias de informação, com certificação em termos acústicos e térmicos, num projecto que orça mais de 5 milhões de Euros. Assim se ajuda a criar riqueza de hoje, numa sociedade melhor amanhã. O Grupo Municipal do Partido Socialista saúda a Câmara Municipal de Lagos e o Governo, pela



Fl. 7v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

inauguração, no passado dia 29 de Janeiro, do Centro de Ciência Viva de Lagos, com o tema “Do astrolábio ao GPS”. Salienta-se as palavras do Ministro Mariano Gago, que lembrou que em Lagos, com um passado ligado aos Descobrimentos, “é um dos raros Centros onde se fala, também da História, tendo sido um desafio fazer aqui a História falar”. Pelo grande exemplo de esforço em não se resignar, mas sim de congregar esforços e vontades, gerando oportunidades dentro das adversidades, o Grupo Municipal de Lagos do Partido Socialista, congratula-se com os esforços do Governo e da autarquia lacobrigense, em prol do desenvolvimento económico e social de Lagos.”-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) esclareceu que não podia estar de acordo com o documentos, porque todos estão na Assembleia Municipal para discutir os problemas e fazer política, mas não concorda com os fundamentos que são apresentados na Moção. Disse que congratulem-se com as medidas de combate à crise, quando a crise já se vinha a adivinhar e um Governo, do PS, em Outubro de 2008 a dizer que nada se passava, são factores que contribuem para que o PSD não concorde com tal Moção. Afirmou que a inoperância das entidade Estatais falhou, sendo que o Governo está a tratar da crise a nível financeiro, sendo que o buraco financeiro existente, existe por inoperância das entidades fiscalizadoras, entre elas o Banco de Portugal. Afirmou que o Governo merece um cartão amarelo e não uma congratulação, isto em relação às medidas de combate à crise.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) referindo-se à intervenção do Sr. Nuno Serafim, disse já ter ouvido este discurso da boca da Líder nacional do PSD. Reforçou a congratulação por parte do Grupo Municipal do PS para com as medidas de combate à crise anunciadas pelo Governo, esclareceu que se o País adoptasse as medidas de combate à crise sugeridas pelo PSD, acha que o País ia ficar parado à espera que a crise passasse. Afirmou que compreendia que o Sr. Nuno Serafim não concordasse com as medidas porque é difícil “engolir” estas boas medidas.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse ter tomado conhecimento da saudação que o Grupo do PS faz e não tem mais nada do que tomar conhecimento, porque o que é proposto à Assembleia Municipal não é nada; é uma saudação do Grupo do PS, portanto não é apresentada qualquer proposta à Assembleia Municipal.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que em termos ideológicos o PSD não tinha o mínimo pudor em discordar do PS. Referiu que a nível nacional todos vão sofrer com as medidas do PS. Disse que não é a construção de uma escola que cria emprego, não é com as medidas que o Executivo camarário está a levar a cabo no Centro Histórico que se cria emprego, pelo contrário. Referiu que construir dois parques de estacionamento ao mesmo tempo, pode ter saído mais barato para a Câmara Municipal, mas para muitas pessoas saiu mais caro; a isto chamou de má gestão. Afirmou que as pessoas em Lagos vivem pior, muito por culpa de algumas decisões tomadas pelo actual Executivo camarário, sendo que algumas medidas de combate à crise tomadas pelo Executivo camarário são demagógicas.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) esclareceu que, depois desta intervenção, tinha ficado a perceber o porquê da Líder



nacional do PSD, apregoar o “não fazer nada”. Afirmou que Lagos durante doze anos teve este lema de “não fazer nada”; ter o dinheiro na carteira e não fazer rigorosamente nada e esse é o grande problema actual do PSD, ou seja, durante doze anos nada fizeram e isso levou a que no presente fosse preciso investir. Em relação às obras dos parques de estacionamento disse que actualmente leva-se cinco minutos a chegar ao centro da cidade e há mais lugares de estacionamento do que antes de se iniciar as obras. Afirmou que o PSD faz um cavalo de batalha de uma coisa que não tem razão de ser.-----

-----Posto isto passou-se à votação da Moção apresentada pelo PS, tendo a mesma obtido a seguinte votação:

	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
VOTOS A FAVOR	16	0	0	0	16
ABSTENÇÕES	0	0	0	1	1
VOTOS CONTRA	0	7	2	1	10

-----**DELIBERAÇÃO Nº 9/AM/2009:**

-----Aprovada, por maioria, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PS.-----

-----Declaração de Voto efectuada pelo Sr. Eduardo Santana (IND): “Eu abstive-me na votação desta Moção porque já vi este filme. Este é um filme que habitualmente vemos, sempre que há eleições e aquilo a que nós assistimos é ao esgrimir de argumentos que têm pouco a ver com a resolução dos problemas reais.--

-----Declaração de Voto efectuada pela Sra. Maria Brites Nunes (CDU): “É urgente o combate à crise. Em relação à preocupante evolução da situação nacional destaca-se a profundidade da crise e a grave instabilidade económica e social em que o País se encontra. Uma situação marcada pela recessão económica com a queda acentuada do produto nacional, encerramento de centenas de empresas, paragens na produção, avanço galopante do desemprego, salários em atraso, agravamento da precariedade e quebras de salários e remunerações dos trabalhadores. Confirmando os piores cenários macroeconómicos para 2009, o país enfrenta uma das mais graves crises no plano económico e social desde o 25 de Abril, cuja real dimensão e impacto estão ainda longe de serem avaliados em toda a sua extensão. Assinalamos a responsabilidade da política de direita pela dimensão que a crise está a atingir e pelas extremas dificuldades e inúmeras fragilidades do tecido económico nacional para lhe fazer frente. Sem subestimar a expressão e consequências da crise internacional no país, denunciámos a mistificação em que o Governo PS insiste para iludir as suas próprias responsabilidades em relação à gravidade da situação nacional. Os elevados e dramáticos indicadores do desemprego, precariedade, pobreza, desigualdades sociais e regionais, endividamento das famílias e empresas não financeiras, os persistentes défices energético, científico e tecnológico, de produção material e produtividade são o resultado da política de direita que se desenvolveu em todos estes últimos anos e que o Governo PS/Sócrates elevou a um novo patamar. Como a realidade confirma, o Governo PS não está a responder à grave situação do país. O chamado plano anticrise serve sobretudo para ocultar que as reais medidas tomadas pelo Governo se destinaram essencialmente a apoiar o capital financeiro, mantendo



Fl. 8v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

intocáveis os lucros e os privilégios sem dar nenhuma contribuição para resolver a crise de que são responsáveis. O Governo PS, enquanto impõe novos sacrifícios aos trabalhadores e a outras camadas sociais, não só não responde de forma capaz, socialmente justa e pronta, aos problemas que os portugueses e a economia nacional enfrentam, como tornará, a persistir nesta política, ainda mais dolorosa e demorada a saída do País da recessão. Reiteramos, como aspecto central de uma efectiva resposta à crise, a ruptura com a política de direita e a exigência de construção de uma política alternativa de esquerda que tenha como principais objectivos a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e da população, a dinamização da actividade económica, a criação de emprego e defesa dos postos de trabalho, um combate persistente aos défices estruturais do País e a defesa da soberania nacional. Perante a agudização da situação do país e a premência de uma intervenção, o PCP, no seguimento de anteriores propostas, decidiu propor um conjunto de medidas de intervenção imediata para dar resposta aos graves problemas sociais, ao emprego, à melhoria das condições de vida dos trabalhadores e das populações, à situação das micro, pequenas e médias empresas. Medidas também para impulsionar o investimento público e combater a recessão, bem com a adopção de uma outra política de crédito que responda aos problemas mais urgentes. No que se refere aos problemas sociais salientam-se as proposta de: - Aumento dos salários e pensões, incluindo do salário mínimo nacional, para responder às muitas dificuldades com que milhares de trabalhadores e reformados estão confrontados, contribuindo para o aumento do consumo, para o alargamento do mercado interno e para o estímulo às micro, pequenas e médias empresas; - O reforço imediato das prestações sociais do Estado, em particular aos trabalhadores atingidos pelo desemprego, alargando os critérios da atribuição do subsídio e o aumento da sua duração; - A fiscalização rigorosa do recurso ao lay-off, combatendo abusos e as violações dos direitos dos trabalhadores; - A suspensão dos despedimentos na Administração Pública, nomeadamente os que decorrem da aplicação do PRACE, bem como nas empresas detidas pelo Estado; - A implementação de um plano de combate à precariedade, garantindo o estrito cumprimento da disposição constitucional de que a um posto de trabalho permanente corresponda um vínculo de trabalho efectivo; - A interrupção do processo de descapitalização da segurança social, mantendo as transferências para o respectivo fundo de estabilização financeira, transferindo do orçamento do Estado as verbas necessárias para custear as medidas de resposta à crise anunciadas e melhorando os critérios de atribuição, designadamente com a consideração do valor acrescentado bruto das empresas. Em relação à situação das micro, pequenas e médias empresas e salvaguarda do aparelho produtivo nacional propõe-se a: - Determinação do congelamento ou redução dos preços na energia, nas telecomunicações e nas portagens por forma apoiar os factores competitivos do tecido produtivo nacional; - A adopção de uma orientação de negociação de acordos para pagamento das dívidas ao fisco e à segurança social das micro, pequenas e médias empresas, que garantam a sua viabilidade e a manutenção dos seus postos de trabalho; - A defesa da produção nacional face a exportações agressivas ou de dumping, pelo recurso sistemático do controlo e fiscalização das mercadorias



importadas, com a reclamação de cláusulas de salvaguarda sempre que necessário;

- A eliminação do Pagamento Especial Por Conta para as pequenas empresas, estendendo o “IVA de caixa” a todos os contratos de aquisição de bens e serviços pelo Estado qualquer que seja o seu valor e encurtar os prazos de reembolso do IVA;
- A imediata concretização do plano de pagamentos das dívidas do Estado às pequenas e médias empresas;
- O cancelamento de todas as privatizações em curso e a criação de condições para o controlo de grandes empresas dos sectores estratégicos no plano nacional, particularmente a energia, nas comunicações e nos transportes por via de nacionalização ou negociação adequada;
- A adopção de medidas específicas para apoio à agricultura e pescas nacionais, através da redução dos custos dos factores de produção nomeadamente, combustíveis adubos, rações, taxas de água;
- Uma intervenção no mercado de alguns produtos agro-pecuários – azeite, leite, vinho, cortiça e madeiras;
- E a agilização da aplicação dos fundos Comunitários.

Para impulsionar o investimento público como elemento estruturante no combate à recessão económica propõe-se:

- O reforço dos meios financeiros das autarquias para um rápido investimento público com reflexos, no curto prazo, nos planos do emprego;
- A dinamização do investimento público da Administração Central dirigida ao estímulo da economia local e dos sectores económicos a ele ligados;
- O reforço, o desbloqueamento ou antecipação de verbas comunitárias destinadas ao apoio aos sectores produtivos nacionais.

Por fim e com vista à adopção de uma outra política de crédito que responda aos problemas mais urgentes, o PCP propõe:

- A intervenção do Estado, por via da Caixa Geral de Depósitos, para a rápida concessão de crédito e seguros de crédito às micro, pequenas e médias empresas, bem como a outras situações onde estejam em causa o interesse nacional;
- O accionamento de medidas junto do sector financeiro com vista à fixação administrativa dos limites máximos das margens (spread), das comissões, das taxas de juro e das condições de acesso ao crédito por parte das empresas e particulares;
- O impedimento da tomada de posições do capital estrangeiro em sectores estratégicos da banca nacional e a assumpção pelo Estado de um papel dominante no sector.

Dirigindo-se a todos aqueles que são neste momento atingidos pelo desemprego, pela precariedade, pelos baixos salários, pela falta de rendimentos, pelas dívidas à banca, pela perda do poder de compra, consideramos que o país não está condenado à política de direita, que há outro caminho e outra política capaz de responder aos problemas do presente e do futuro do país e dos portugueses. E não há caminho nem solução duradoura para os problemas nacionais sem uma ruptura com esta política desastrosa. Face à profunda ofensiva social, política e ideológica em curso, que tem como objectivos centrais a desresponsabilização do governo e das suas políticas e impor o pagamento da crise aos trabalhadores e camadas populares, consideramos que a luta dos trabalhadores e das populações se tornou ainda mais necessária para impor uma mudança de rumo na política nacional. Luta imprescindível também quando o grande patronato e o governo estão a desenvolver, a pretexto da actual situação, uma prática inaceitável de aproveitamento da crise para atacar os direitos dos trabalhadores e das populações. Sabendo que os efeitos da crise também se fazem sentir no nosso



Fl. 9v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Concelho, consideramos urgente a adopção, por parte da Câmara Municipal, de um plano de combate à crise com a elaboração de um conjunto de medidas destinadas a minorar os problemas sociais provocados pelo aumento do desemprego e de apoio às em presas locais.”-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) leu a seguinte Moção apresentada pela Comissão Especializada Permanente de Promoção de Igualdade de Direitos e Oportunidades, da Assembleia Municipal: “Numa organização conjunta da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal, foi levado a cabo, entre os dias 20 e 27 de Outubro de 2008, o projecto “Lagos Multicultural”. Este projecto teve como objectivos: - Homenagear o contributo da população imigrante como cidadãos co-activos e co-participativos no tecido social do Município, incentivando a sua plena integração; - Promover a partilha de conhecimentos e de experiências, fomentando a tolerância, o respeito pela diversidade étnica, cultural e religiosa, potenciando a coesão social. Para concretizar estes objectivos foram organizadas as seguintes acções: - Semana gastronómica multicultural levada a efeito no refeitório das diversas escolas de Lagos; - Acções de informação do programa Entreculturas promovidas pelo ACIDI-Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural nas escolas de Lagos; - III Fórum Nacional da PERCIP – Plataforma das Estruturas Representativas das Comunidades Imigrante em Portugal; - Mostra de artesanato, gastronomia e animação musical na Praça Gil Eanes com a participação da população em geral. No dia 5 de Fevereiro de 2009, em reunião conjunta da Comissão Especializada Permanente de Igualdade de Direitos e Oportunidades e da Sra. Vice-Presidente da Câmara Municipal acompanhada da Dra. Lúcia Santos, principal obreira da organização, foi realizado o balanço do projecto, tendo-se chegado às seguintes conclusões: - A concretização do projecto atingiu os objectivos propostos; - Os custos, embora significativos, estiveram de acordo com as necessidades, respeitando as verbas orçamentadas; - Auscultando os diversos participantes, principalmente os representantes dos imigrantes, é convicção que o evento permitiu e reforçou a integração de todos, tendo sido deixado o desejo de repetição do mesmo; - Os diversos espectáculos musicais, alguns de muito boa qualidade, tiveram, na sua generalidade, uma grande participação popular; - Esperava-se uma participação mais expressiva das Juntas de Freguesia e das Escolas. Face aos resultados deste evento multicultural e à importância de que o mesmo se revestiu na promoção do convívio, tolerância, respeito e conhecimento das diversas comunidades que vivem no nosso concelho, promovendo uma maior coesão social, a Assembleia Municipal de Lagos, na sua Sessão Ordinária de Fevereiro de 2009, realizada a 23 deste mês, recomenda à Câmara Municipal que envide esforços para que seja garantida a continuidade deste Festival Multicultural.”-----

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção foi a Moção apresentada pela Comissão Especializada Permanente de Promoção de Igualdade de Direitos e Oportunidades, da Assembleia Municipal colocada à votação.-----

-----**DELIBERAÇÃO Nº 10/AM/2009:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Moção apresentada pela Comissão Especializada Permanente de Promoção de Igualdade de Direitos e Oportunidades,



da Assembleia Municipal.-----

-----Não participou nesta votação por se encontrar ausente da sala no momento da realização da votação o Sr. Fernando Bernardo (PSD).-----

-----O Sr. João Bravo (PSD) leu a seguinte Declaração: “Pagamentos de abonos para falhas aos funcionários municipais que manuseiam dinheiro e não estão integrados na carreira de Tesoureiro. Reunião da Assembleia Municipal de Lagos de 23 de Fevereiro de 2009. Considerando que: - O Decreto-lei n.º 247/87, de 17 de Junho, regula o abono para falhas para o pessoal da Administração Local não integrado na carreira de Tesoureiro; - O n.º 4, do Art.º 17.º, do citado Decreto-lei, dispõe que “o pessoal integrado em carreira cujo conteúdo funcional implique o manuseamento de dinheiro terá direito a abono para falhas, de montante igual a metade de 10% do vencimento ilíquido dos tesoureiros e respectivas categorias (sublinhado nosso). Atendendo, igualmente, a que: - Tal direito a abono para falhas é expressamente reconhecido pelos Serviços Jurídicos desta Câmara Municipal (*vide* informações 098/PTC, de 12-07-2005 e 082/PTC, de 17-07-2007, ambas objecto de concordância das Chefias respectivas); - Desde 19-03-2003 que é reiteradamente requerido pelo funcionário Nuno Joel de Jesus Pacheco da Costa, sem que lhe tenha sido concedido, o pagamento de abono para falhas relativo às funções de manuseamento de dinheiro por si exercidas na bilheteira do Centro Cultural de Lagos ao serviço do Município; - Tal direito a abono para falhas parece ser-lhe também reconhecido pelo Sr. Presidente da Câmara, (*vide* V/ Despachos de 11-05-2005 ou 12-04-2007). Vimos, por este meio, instar a Câmara Municipal de Lagos a que determine: a) O pagamento imediato e integral dos abonos para falhas legalmente devidos ao funcionário Nuno Joel J. P. da Costa pelas funções de manuseamento de dinheiro e respectivo período em que as desempenhou na bilheteira do Centro Cultural de Lagos ao serviço do Município; b) O pagamento dos retroactivos dos abonos para falhas legalmente devidos a todos os funcionários da Câmara Municipal de Lagos com funções de manuseamento de dinheiro e não integrados na carreira de Tesoureiro.”-----

-----A Sra. Maria Brites Nunes (CDU) leu a seguinte Recomendação: “Guardem as tampinhas, ou não deitem as tampinhas fora, são expressões que frequentemente ouvimos, desde 2003, nas creches, nas escolas, nos empregos, nas associações e na rua. Estas expressões são fruto de uma campanha lançada um pouco por todo o país e no Algarve pela parceria entre a ALGAR, a Associação Tampa Amiga e a AMAL, no âmbito do Projecto Tampinhas, que tem como objectivo reunir o maior número de tampas de embalagens de plástico para troca por material ortopédico. E que contribuiu em muito para a educação ambiental no que se refere à reciclagem. Dos últimos dados conhecidos, em 2007 esta campanha registou no Algarve a recolha de aproximadamente 55 toneladas de tampas de embalagens de plástico o que correspondeu a mais de 22 000,00 € de material ortopédico que foi entregue pela ALGAR a instituições de solidariedade social e entidades públicas da região. Temos conhecimento que a Associação Tampa Amiga encerrou a actividade e que a ALGAR terminou a campanha de recolha, o que aconteceu também no nosso concelho. Assim, para que não se percam os objectivos da Campanha, educação



Fl. 10v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

cívica e promoção da solidariedade social, que já se tornou um hábito nos nossos municípios. Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Lagos recomendam: 1 - Que a Câmara Municipal de Lagos estabeleça um protocolo com a Sociedade Ponto Verde para dar continuidade à Campanha de Recolha das Tampinhas. 2 - Que seja reforçada a campanha de divulgação desta iniciativa e criada uma rede de pontos de recolha no concelho.”-----

-----**INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO:** Neste momento, eram 22 horas e 17 minutos, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Reunião para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 22 horas e 36 minutos.-----

-----**APROVAÇÃO DA ORDEM DO DIA:**

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção foi a Ordem do Dia para esta Sessão da Assembleia Municipal colocada à votação.-----

-----**DELIBERAÇÃO Nº 11/AM/2009:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Ordem do Dia para esta Sessão da Assembleia Municipal.-----

-----**PONTO 1 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PLANO DE PORMENOR DA ZONA ENVOLVENTE À ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE LAGOS:** Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Deputados Municipais da Assembleia, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de actas sob os números D-471-21.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, fez a respectiva introdução a este assunto e apresentou a equipa que elaborou o Plano.-----

-----Seguidamente teve lugar a apresentação do Plano de Pormenor da Zona Envolvente à Estação Ferroviária de Lagos, por parte da empresa que o elaborou – Plural – Planeamento Urbano, Regional e de Transportes, Lda. tendo representado a empresa a Dra. Donzília Batista e o Arq. Luís Rebolo, estando presente ainda o Sr. Eng. Silva, por parte da equipa técnica da Câmara Municipal que acompanhou todo este processo.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que este Plano abrange uma área, relativamente pequena, cerca de quatro hectares, mas mesmo assim levou cerca de oito anos a ser elaborado. Referiu que em dois mil e um havia uma conjugação de ideias entre as três entidades envolvidas no espaço do território em apreciação, tendo perguntado se as três entidades continuavam a trabalhar em conjunto, uma vez que é do conhecimento de que há outras ideias por parte do território da responsabilidade do IPTM e isso não é positivo, porque em vez do território ser estudado no seu conjunto é estudado parcelarmente. Perguntou ainda se as altimetrias apresentadas são as máximas e como chegaram às mesmas.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) perguntou qual a opinião da equipa que elaborou este Plano, sobre a questão do trânsito, em conjugação com outros Planos para o local.-----

-----O Sr. Eduardo Santana (IND) disse que também tinha preocupações em relação aos trânsito na zona e ao que foi protocolado em dois mil e um e o que está



a ser agora dado a conhecer. Disse que gostava de ver um Plano que tirasse a linha do caminho de ferro da Meia Praia e isso não se verifica com o Plano apresentado. Afirmou que a linha ferroviária corta a relação entre as pessoas e a natureza; é boa para os passageiros, mas é má para o usufruto da área. Disse que a Refer devia investir o dinheiro ganho com esta operação na melhoria da linha entre Tunes e Lagos, uma vez que a actual deixa muito a desejar. Congratulou-se com o facto do espaço em causa ficar bastante melhor, mas ficava preocupado com a questão da acessibilidade e com o desalento de ver a linha do comboio a atravessar a Meia Praia.

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, informou que para esta zona há três Planos distintos e o único que é da responsabilidade da Câmara é o que está a ser apreciado, sendo os outros o Plano do Porto de Pesca que é da responsabilidade do IPTM, tendo a Câmara dado um parecer sobre o mesmo e o Plano da Praia, da responsabilidade da ARH. Espera que a aprovação deste Plano venha a acelerar os outros dois. Referiu que a proposta de Plano do IPTM é diferente do inicialmente previsto, mas no geral é melhor do que a ideia inicial.

-----O Sr. Luís Rebolo, da Plural, disse que este Plano é importante para colocar um ordenamento em toda a zona que está carenciada de tal, acrescentando que a equipa nunca perdeu a visão conjunta de toda a zona em causa. Sobre o trânsito e o estacionamento disse que a equipa trabalhou em conjunto com a Câmara Municipal no sentido de arranjar a melhor solução. Em termos de desenho urbano, disse que a solução apresentada satisfaz a equipa porque há um misto entre a recuperação e a valorização do edificado existente com a criação de dois novos lotes com volumetrias contidas e que se inserem na envolvente, sendo criadas zonas verdes, pedonais e de estacionamento. Referiu ainda que este Plano irá valorizar o que está previsto fazer na Meia Praia. Sobre a linha do caminho de ferro disse que todos podem ter uma opinião mas que a opção nem sequer é municipal e por isso o que há a fazer é trabalhar o melhor possível com os dados que se tem.

-----O Sr. José Joaquim Reis (PSD) perguntou se o acesso ao parque de estacionamento da Escola das Naus se mantinha.

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, disse que isso é antes da zona do Plano e não irá ser alterado.

-----O Sr. Carlos Ribeiro (PS) disse que este Plano traz mais lugares de estacionamento para o local, ao contrário do que é dito ou do que se pode pensar.

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que a teoria da “cara lavada” só serve para limpar a responsabilidade de quem, ao longo dos anos, deixou chegar o território ao ponto em que chegou, porque nada justifica o facto de se levar oito anos a estudar uma solução para um território de tão reduzida dimensão. Perguntou se no estudo global, donde este Plano é uma peça, houve alguma alteração das propostas inicialmente colocadas em protocolo para este território, em função das alterações entretanto dadas a conhecer.

-----O Sr. Eduardo Santana (IND) disse esperar que cada edifício tivesse estacionamento próprio, porque senão verificar-se-ia um problema de estacionamento no local.



Fl. 11v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

-----O Sr. Luís Rebolo, da Plural, disse que a questão do tempo na elaboração de um Plano é dramática, mas quem tenha vivido o contexto de alterações legislativas que ocorreram nos últimos anos consegue perceber o tempo que os Planos levam a ser feitos. Esclareceu que nunca foi tomada em consideração, na elaboração do Plano, uma passagem superior. Esclareceu que os dois lotes a criar são turísticos e que contemplam estacionamento em pisos inferiores.-----

-----A Dra. Donzília Batista, da Plural, acrescentou que se forem construídos apartamentos turísticos nos dois lotes têm que ser feitos 278 lugares de estacionamento, em espaço privado; se forem construídos hotéis, terão que ser assegurados 56 lugares de estacionamento.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, disse que esta situação incentiva a construção de hotéis.-----

-----Posto isto passou-se à votação a **PROPOSTA DE PLANO DE PORMENOR DA ZONA ENVOLVENTE À ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE LAGOS**, tendo a mesma obtido o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
VOTOS A FAVOR	16	7	0	1	24
ABSTENÇÕES	0	0	2	1	3
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0

-----**DELIBERAÇÃO Nº 12/AM/2009:**

-----Apreciou a Proposta do Plano de Pormenor da Zona envolvente à Estação Ferroviária de Lagos, tendo deliberado, por maioria, nos termos do n.º 1 do art.º 79.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro, **aprovar** o Plano de Pormenor da Zona envolvente à Estação Ferroviária de Lagos, conforme proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos, aprovada na sua Reunião Pública Ordinária realizada no dia 28 de Janeiro de 2009.-----

-----**PONTO 2 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A LONGO PRAZO – ATÉ AO MONTANTE DE 5 370 000,00 EUROS – AQUISIÇÃO DE FOGOS DE HABITAÇÃO SOCIAL EM ESPICHE E ODIÁXERE:** Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Deputados Municipais da Assembleia, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de actas sob os números D-471-22.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, fez a respectiva introdução ao assunto.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse esperar que tudo isto tenha sucesso e informou que o PSD iria votar a favor deste assunto.-----

-----Posto isto foi colocada à votação a **PROPOSTA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A LONGO PRAZO – ATÉ AO MONTANTE DE 5 370 000,00 EUROS – AQUISIÇÃO DE FOGOS DE HABITAÇÃO SOCIAL EM ESPICHE E ODIÁXERE**, tendo a mesma obtido a seguinte votação:



	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
VOTOS A FAVOR	16	7	2	1	26
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	0	0	1	1

-----**DELIBERAÇÃO Nº 13/AM/2009:**

-----**Deliberado**, por maioria absoluta, aprovar o pedido de autorização da Câmara Municipal de Lagos para contracção, na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Algarve, CRL, de empréstimo de longo prazo, destinado ao Financiamento da aquisição de fogos de Habitação Social em Espiche e Odiáxere até ao valor de 5 370 000,00€ (cinco milhões trezentos e setenta mil Euros), nas condições propostas pela referida Câmara Municipal.-----

-----**PONTO 3 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Deputados da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de actas sob o número D-471-23.-----

-----O Sr. João Luís Gomes (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Bensafrim) perguntou se há previsão para a conclusão das obras a decorrerem na estrada Barão de S. João/Bensafrim e qual o ponto da situação do Plano de Pormenor de Bensafrim.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) referindo-se aos transportes públicos “A Onda” disse que, principalmente nas zonas rurais, há falta de abrigos para passageiros. Disse que no início de Agosto de 2008 tinha feito vários requerimentos à Câmara solicitando algumas informações, mas até à presente data não tinha obtido qualquer tipo de resposta, situação que lhe causa estranheza. Referiu ter informação de que a campanha das Tampinhas, da Algar, tinha terminado, sendo que a CDU é da opinião de que a mesma pode ter continuidade a nível local. Solicitou informações sobre o retail park no Chinicato.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) perguntou se a Câmara tinha conhecimento da transferência da Polícia Marítima para o edifício dos Socorros a Náufragos e para quando o início da obra da nova esquadra da PSP. Referindo-se a movimentações de terras na zona dos Palmares disse que na obra dos Palmares não há a informação referente ao licenciamento da mesma e perguntou se esta alteração do coberto vegetal está licenciada bem como a obra em si.-----

-----O Sr. António Correia (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Barão de S. João) perguntou qual o ponto da situação do parque industrial de Barão de S. João e do arranjo do caminho rural da Hortinha/Machada.-----

-----O Sr. João Bravo (PSD) perguntou se o antigo edifício da estação do caminho de ferro vinha para a posse da Câmara Municipal, o que se passava com as obras da casa Catulo, se os prazos para a construção dos parques de estacionamento estavam a ser cumpridos e qual a previsão para a conclusão das obras do Jardim da Constituição e da Praça do Infante. Em relação à esplanada do Rosas, perguntou se era ponto assente de que este estabelecimento já tinha lugar assegurado na cobertura



Fl. 12v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

do parque de estacionamento da Avenida dos Descobrimentos, ou se, como todos os outros, teria que concorrer a um concurso para ter lugar no citado espaço.-----

-----O Sr. José Joaquim Reis (PSD) perguntou qual o ponto de situação da circular de Lagos e da reformulação do parque de estacionamento junto à escola da Marina.-

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, em relação à estrada Barão de S. João/Bensafrim, disse que o processo está a terminar. Sobre o Plano de Pormenor de Bensafrim, informou que o mesmo teve que regressar à CCDR estando para breve o parecer desta para que este Plano vá para discussão Pública. Disse que há um plano no sentido de serem colocadas paragens e abrigos para passageiros pelo Concelho. Solicitou o reenvio dos requerimentos da CDU, referidos pelo Sr. José Manuel Freire. Em relação às Tampinhas disse que a entidade que processa as tampinhas deu indicação que não tinha capacidade para continuar a processá-las, por isso não compra mais à Algar situação que lamenta. Disse que o retail park é uma das duas grandes unidades comerciais que o planeamento de Lagos contempla. Informou de que a Câmara tinha conhecimento que a Polícia Marítima queria instalar-se no edifício dos Socorros a Náufragos, tendo a Câmara sugerido que isso não fosse feito. Referiu que a obra da esquadra da PSP estava para arrancar em breve e que as movimentações de terras nos Palmares estão licenciados. Sobre o parque industrial de Barão de S. João disse que o regulamento estava feito e em condições de ser aprovado, mas a Câmara entende não lançar a concurso dos lotes sem primeiramente efectuar as infra-estruturas, estando a ser elaborado o projectos das infra-estruturas para ser lançado o concurso. Sobre o Caminho Hortinha/Machada disse que a CCDR já tinha por lá passado, junto a uma barragem que existe nesse caminho, estando a Câmara Municipal a aguardar comunicação por parte desta entidade; no caso da CCDR nada dizer a Câmara e a Junta de Freguesia têm obrigação de forçar uma reposta junto da CCDR. Sobre o edifício da antiga Estação do Caminho de Ferro disse que o mesmo vai ser entregue à Câmara brevemente. Sobre a obra da Casa Catulo disse que a obra tinha sido parada porque depois de ter começado a demolição chegou-se à conclusão de que se devia preservar as paredes, só que as paredes começaram a cair, estando a situação num impasse. Sobre os parques de estacionamento disse que a previsão para o termo da obra do parque de estacionamento do Parque da Cidade é em Setembro, mas acha que em Setembro a obra não estará concluída assim como o parque da Avenida dos Descobrimentos não deve estar pronto em catorze meses, a partir de Setembro de 2008. Sobre a esplanada do Rosas disse que tinha sido assegurado aos proprietários um espaço na cobertura do parque de estacionamento da Avenida dos Descobrimentos. Esclareceu que a circular de Lagos faz parte da remodelação da Estrada Nacional 125.-----

-----O Sr. Vereador da Câmara Municipal, Jorge Serpa, sobre o parque de estacionamento da escola da Marina disse que o mesmo vai sofrer uma alteração tendo já sido aberto concurso e adjudicada a obra, estando prevista a obra para as férias da Páscoa.-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da



presente Reunião.-----

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente Reunião, foi utilizada a forma de votação por braço levantado e por Grupo Municipal representado na Assembleia.-----

-----**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** Assim o Sr. Presidente da Mesa, após consulta à Assembleia, declarou interrompida a Sessão, para continuação no próximo dia 2 de Março de 2009, às 20 horas e 30 minutos, hora regimental, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, ainda no Ponto 3 da Ordem do Dia, tendo, eram 0 horas e 5 minutos, da madrugada do dia 24 de Fevereiro, declarado encerrada esta Reunião.-----

-----Da qual, para constar, foi extraída a presente Acta que eu,-----

-----,
Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com o seu Presidente, Sr. Paulo José Dias Morgado.--
